

COMUNICADO DA DIRECÇÃO

SOBRE A QUESTÃO DOS CONTRATOS DE AVENÇA NA D.G.V. E A NOTA DA PROVIDORIA DE JUSTIÇA

1 - Como é do conhecimento público, e, por maioria de razão, muito mais da Provedoria de Justiça, os sucessivos governos têm utilizado ilegal e fraudulentamente os contratos de avença e de prestação de serviços para, durante anos a fio, assegurar o exercício de funções públicas de natureza permanente.

2 - É exactamente o que sucede com cerca de 300 médicos veterinários, na esmagadora maioria a cumprir funções de inspecção sanitária veterinária em matadouros e lotas por todo o país, em alguns casos desde 1997.

3 - **Não era seguramente desconhecido da Provedoria de Justiça de há muito tempo a esta parte que a DGV, o Ministério da Agricultura e outros departamentos da Administração Central “*implicavam o exercício de funções subordinadas mediante contratos de tarefa e de avença*” sem que a mesma Provedoria ou qualquer outra entidade competente tenha actuado firme e resolutamente para pôr termo a esta actuação ilegal.**

4 - Mas, o modo e forma responsável de pôr cobro à perpetuação da ilegalidade gritante dos contratos de avença e de prestação de serviços das cerca de três centenas daqueles médicos veterinários **não será, seguramente, através da anulação desses contratos e do despedimento sem qualquer indemnização daqueles que, para executar funções de natureza permanente, se encontram a trabalhar por essa forma há 3, 4, 6 e 10 anos – solução para que parece apontar o Sr. Provedor de Justiça.**

5 - A D.G.V., ao ser chamada a fixar o número de postos de trabalho necessários à prossecução dos seus objectivos, integrou nesses lugares, tidos como indispensáveis para as tarefas da **INSPECÇÃO SANITÁRIA**, legalmente obrigatória nos matadouros, lotas e outros estabelecimentos de transformação de produtos de origem animal e outras que lhes estão cometidas por acréscimo, nomeadamente de **IDENTIFICAÇÃO ANIMAL** e de **FARMÁCIA VETERINÁRIA**, quer médicos veterinários, presentemente, com nomeação definitiva, quer os avençados.

6 - E ao fazê-lo, fez bem – pois não podia nem devia actuar de outro modo, atentas as implicações de salvaguarda da saúde animal e pública daquelas tarefas.

7 - Com efeito, para acabar de vez com a ilegalidade em que se movia relativamente aos médicos veterinários contratados a recibo verde, cabia à DGV - indo ao encontro, aliás, da nova legislação em preparação - decidir, desde já, pela necessidade, a título permanente, do número daqueles médicos veterinários actualmente com contratos precários. Foi, aliás, o que propôs superiormente a DGV ao Ministério da Agricultura e ao das Finanças e Administração Pública, há mais de dois meses, sem que até à data haja obtido qualquer despacho definidor, por parte destas entidades "decisoras".

8 - Assim, para o SNMV, tudo quanto não passe por materializar em termos definitivos a consagração legal das situações atrás mencionadas e garantir a permanência dos postos de trabalho em causa, representará uma intolerável irresponsabilidade política e social, para com o CIDADÃO CONSUMIDOR, para além de defraudar as legítimas expectativas dos nossos associados.

NUNCA É DEMAIS RECORDAR QUE A ACTIVIDADE DE INSPECÇÃO SANITÁRIA VETERINÁRIA É CUSTEADA POR TAXAS (não impostos) PAGAS PELO CONSUMIDOR (com intermediação da industria) E NÃO PELO ESTADO!

9 - Nestes termos, vem a Direcção deste Sindicato exigir, no entanto, a garantia de continuidade dos contratos de avença em vigor ou já caducados, para todos os postos de trabalho tidos como necessários pela DGV e a negociação sobre a natureza da futura relação jurídica de emprego público e, caso venha a ser essa a solução acordada, do conteúdo de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, negociação essa que, dada a especificidade técnica e científica das funções a desenvolver, terá que contar obrigatoriamente com a participação do SINDICATO NACIONAL DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS.

10 - Foi esta, aliás, a proposta que o S.N.M.V. teve oportunidade de apresentar em 12/12/2006 ao Senhor Secretário de Estado Adjunto da Agricultura e das Pescas, no entanto colocado em "mobilidade especial" pelo Senhor Ministro da Agricultura, por avocação, inopinada, da delegação de competências que aquele Secretário de Estado detinha, sobre a D.G.V.

11 - Finalmente, não se afigura correcto a este Sindicato que a Provedoria de Justiça, sob uma aparente defesa da legalidade na elaboração das listas da mobilidade especial, não se preocupe igualmente e sobretudo em salvaguardar direitos constitucionalmente consagrados dos cidadãos à saúde, no caso vertente, no domínio da salubridade alimentar.

Lisboa, 3 de Agosto de 2007

A DIRECÇÃO